



## ANÁLISE DE PROGRAMAS VOLTADOS À EJA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA<sup>1</sup>

Ana Letícia Rocha<sup>2</sup>

Jéssica Martins Queiroz<sup>3</sup>

Manuela Lopes Silva<sup>4</sup>

Rafael Henrique de Resende Marciano<sup>5</sup>

Juliane Gomes de Oliveira<sup>6</sup>

### RESUMO

À Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA) foram destinados muitos programas nacionais que buscavam e buscam atender suas demandas, mas, ainda hoje, é uma modalidade precarizada. Essa precariedade está relacionada estritamente aos sujeitos que dela têm direito e à ameaça de emancipação que ela produz. É por isso que este artigo busca relacionar programas voltados à EJA a partir dos anos 2000, em diálogo com a formação crítica do pedagogo que se dá no Programa Residência Pedagógica, do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Minas Gerais. Observa-se esta formação como um dos pilares necessários para se cumprir, sobretudo, o Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos e a Pauta Nacional da EJA. Nessa formação docente, a Residência Pedagógica emerge como um caminho de visibilidade, de contato e de relação teoria-prática entre a pedagogia e a EJA; na luta pela garantia e qualidade desta modalidade, com programas e políticas de Estado permanentes.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens Adultos e Idosos, Programa Residência Pedagógica, Programas, Sujeitos.

### INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> O artigo tem como base as experiências desenvolvidas no Programa Residência Pedagógica, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>2</sup> Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista da Residência Pedagógica na EJA, [leticia-rocha33761@gmail.com](mailto:leticia-rocha33761@gmail.com);

<sup>3</sup> Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista da Residência Pedagógica na EJA, [jessicaqueiroz@gmail.com](mailto:jessicaqueiroz@gmail.com);

<sup>4</sup> Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista da Residência Pedagógica na EJA, [manuelalopes@ufmg.br](mailto:manuelalopes@ufmg.br);

<sup>5</sup> Graduando em Pedagogia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista da Residência Pedagógica na EJA, [rafaelhmarc@gmail.com](mailto:rafaelhmarc@gmail.com);

<sup>6</sup> Doutora e mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduação em Pedagogia pela mesma instituição. Atua como docente de curso superior, é pesquisadora do CEALE- FaE/UFMG e integrante do Grupo de Pesquisa em Alfabetização (GPA). Atua também na formação continuada de professores do ensino fundamental. Possui vasta experiência como alfabetizadora na RME/BH, além de períodos atuando na coordenação pedagógica no 1º e 2º ciclos, [julianegomesoliveira16@gmail.com](mailto:julianegomesoliveira16@gmail.com).





A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA)<sup>7</sup> no Brasil é um campo de luta, luta essa que se estende ao longo dos anos. Os 11 milhões de sujeitos não alfabetizados no Brasil (D’MASCHIO; LOPES, 2022), viveram marginalizados em relação aos direitos construídos pela sociedade, mas afinal, quem são esses sujeitos? Esses sujeitos são pessoas pretas, pardas, pobres, trabalhadores proletariados e assalariados, pessoas privadas de liberdade, LGBTQIA+<sup>8</sup>, mães solas (ou mulheres que, mesmo casadas, precisam cuidar sozinhas dos filhos), moradores da zona rural, ribeirinhos, pessoas das regiões periferizadas, entre tantas outras. São aqueles sujeitos que desde pequenos foram ensinados a ser a mão de obra do país, e a escola foi o lugar onde, muitas vezes, não foram bem recebidos. Pensando nisso, 52 milhões de pessoas com 15 anos ou mais não têm o ensino fundamental completo, e isso não é apenas um número, são sujeitos, pessoas, histórias marcadas pela negligência do Estado. (DA SILVA, 2017).

Esses sujeitos, para ir à escola, precisaram enfrentar inúmeras barreiras: a distância a ser percorrida, o frio, a fome, o tratamento disciplinar violento das professoras, a necessidade de trabalhar, a violência institucionalizada, a escassez de escolas, entre tantas outras variáveis e, devido a essas barreiras que as populações mais vulneráveis socialmente enfrentam, a educação básica não foi garantida. Isso porque, educação de qualidade é desenvolvimento do pensamento crítico, possibilidade de conhecer outras visões de mundo e de evitar que o trabalho precário seja uma realidade, ou seja, justamente aquilo que ameaça o *status quo* em que vivemos.

É pensando nesses sujeitos, historicamente sem acesso à direitos previstos na Constituição do país, especialmente àqueles que se referem à educação, que as lutas para garantia da EJA não cessam. Um importante passo para essa garantia são as reivindicações junto ao governo, realizadas por coletivos como a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens, adultos e idosos (CNAEJA) e o Fórum Nacional de Educação (FNE), transcritas e comentadas pôr da Silva (2017), no texto denominado “A Pauta Nacional da EJA”.


Dentre as ações que constituem a Pauta Nacional da Educação de Jovens e Adultos (DA SILVA, 2017), cabe ressaltar alguns pontos que são de extrema importância para a continuidade e qualidade social dessa modalidade de ensino. Primeiramente, é necessário refletir que as

---

<sup>7</sup> Ao longo do texto, será usado o acréscimo de “idosos” à compreensão da expressão Educação de Jovens e Adultos (EJA), a fim de garantir visibilidade a esses sujeitos que compõem a modalidade.

<sup>8</sup> Lésbicas, gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e demais possibilidades de orientação sexual e identificação de gênero.






especificidades da EJA, apresentadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2000) não estão contempladas na Base Nacional Comum Curricular, que hoje representa o documento normativo da educação básica no Brasil, o que se revela um entrave para a garantia dos tempos de alfabetização, continuação de estudos, relação com o mundo do trabalho e com o contexto dos sujeitos que constituem a modalidade da EJA. Ou seja, a ausência da Educação de Jovens, Adultos e Idosos em um documento que é referência nacional, contribuiu para a precarização da qualidade e da formação dos profissionais envolvidos e também para a desvalorização da EJA. Em segunda análise, é necessário frisar a necessidade do trabalho com metodologias baseadas na Educação Popular, materiais didáticos e espaços educativos adequados para os sujeitos que fazem parte da EJA, ou seja, o financiamento para essa modalidade é imprescindível para sua oferta de modo adequado aos sujeitos que dela têm direito.

Buscando atender algumas demandas da EJA, o texto trará programas que foram desenvolvidos a partir dos anos 2000 no Brasil, dando ênfase ao Programa Residência Pedagógica (PRP) que está sendo desenvolvido na modalidade da EJA para os alunos do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Minas Gerais e as experiências que ele proporciona aos futuros professores. É interessante ressaltar que, em uma pesquisa com docentes egressos de programas de formação docente, realizada por André (2018), foi possível observar que “em 2016, 67% dos egressos estavam atuando como docentes na educação básica, grande parte desses em escolas públicas (61%)” (p. 17). Ou seja, os programas de formação para a docência têm contribuído diretamente para o atendimento da educação básica, principalmente a pública, estabelecendo a relação de compromisso entre universidades e ensino público de qualidade. Então,

Por um lado, o modo como o programa se apresenta propõe um regime de colaboração que poderia possibilitar ao licenciando vivenciar experiências em outro locus de formação que não a universidade, como posto por Grigoli et al. (2010) e Santana e Barbosa (2019a, 2019b), ao mesmo tempo em que poderia demarcar a aproximação entre universidade e escola (SANTANA; BARBOSA, 2020, p.12).



Desse modo, entendendo que muitas outras questões se fazem presentes nesse debate, é urgente que a EJA tenha maior visibilidade dentro das gestões públicas federal, distrital, estaduais e municipais, com investimentos políticos, financeiros, na democratização do acesso e da permanência e na conscientização da importância e necessidade de que a Educação de Jovens, Adultos e Idosos se faça mais presente no cenário brasileiro.

## **METODOLOGIA**

Como metodologia, o artigo se baseia em Larrosa (2007), ao trazer a possibilidade de se pensar a educação a partir da experiência. Neste caso, o autor entende a experiência como aquilo que nos passa, nos toca ou nos acontece. Ela não é a pura informação que nossa sociedade está consumindo desenfreadamente, ou a opinião que todos possuem sobre qualquer tema, ou ainda pelo (excesso de) trabalho que desempenhamos na sociedade. Experiência para Larrosa (2007, p. 160) é “[...] como um território de passagem, algo como uma superfície de sensibilidade na qual aquilo que passa afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos”. Desse modo, trazemos o PRP como um espaço de autênticas experiências na formação do ser humano e do professor.

O programa tem como pressuposto a ideia de um tempo dedicado à escola, à prática, à vivência escolar e um tempo dedicado ao estudo e discussão entre os sujeitos que compõem o núcleo: residentes (alunos da graduação), orientadora (professora da UFMG) e preceptora (professora da educação básica). Nossa experiência tem sido realizada em uma turma que fica localizada no Aglomerado da Serra, favela no sul da capital mineira e que se caracteriza como a maior de Minas Gerais e uma das maiores do Brasil.

Além disso, a turma acompanhada é uma turma externa, ou seja, as aulas ocorrem em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), porém a turma mantém seu vínculo com a escola sede que fica nas proximidades do CRAS; e a sala é formada principalmente por mulheres idosas negras. As aulas ocorrem no período matutino e uma vez por semana o residente vai à campo acompanhar a preceptora nas atividades realizadas na sala. O programa iniciou-se em novembro de 2022, e em fevereiro de 2023 foram iniciadas as primeiras idas à campo.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS VOLTADOS À EJA**

Tendo em vista as ações políticas voltadas para a EJA, fazendo um recorte do período de redemocratização do país, com as eleições de partidos de esquerda progressistas nos anos 2000, alguns programas foram criados para buscar a universalização da alfabetização no país, além da conclusão da educação básica pelos jovens, adultos e idosos.

Apesar desses programas serem criados, vemos que, segundo o Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA)

(BRASIL, 2016), as matrículas para a EJA - tanto do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio - tem um salto expressivo no comparativo entre a década de 1990 e o ano de 2006, mas daí decorre quedas sucessivas, acentuadas após o golpe de 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. “Chamam atenção e devem ser consideradas as duas únicas ofertas que apresentam aumento no registro de matrículas: a educação especial e a educação profissional” (BRASIL, 2016, p. 42), as quais serão abordadas sinteticamente adiante.

Ainda segundo o Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA) (BRASIL, 2016), a EJA consegue a garantia de recursos permanentes por meio da aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em 2007. Supostamente, esses recursos trariam “igualdade” entre a Educação de Jovens, Adultos e Idosos e as demais etapas e modalidades de ensino. Na prática, esses recursos, ainda hoje, não garantiram a universalização da alfabetização e nem a universalização de acesso à Educação Básica.

Esses recursos foram empenhados em programas e projetos que visavam e visam atender as especificidades dos sujeitos que têm direito à EJA. Dentro dessa diversidade, foram desenvolvidos programas como o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), “[...] criado em 2003 pelo governo federal, esse Programa tinha a meta ousada de alfabetizar 20 milhões de pessoas em quatro anos, eliminando, assim, o analfabetismo no país” (BRASIL, 2016, p. 44). Outro programa que visava garantir qualidade à EJA foi o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA), criado em 2009 “o objetivo básico do Programa consiste em distribuir obras e coleções de qualidade para alfabetizandos e alfabetizandas do PBA e para estudantes de EJA das redes públicas de ensino” (BRASIL, 2016, p. 48).

Dentro do bojo de programas e projetos, conta ainda o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem), que trazia uma atenção mais específica aos jovens entre 18 e 24 anos, buscando uma relação entre a volta à escola e o mundo do trabalho, bem como a associação com o Plano Juventude Viva, combatendo a violência para com a juventude negra (BRASIL, 2016). Além desses programas supracitados, outros foram desenvolvidos no início dos anos 2000, direcionados para outros campos importantes, como a formação técnica e profissional, a promoção de uma educação que incluía as mulheres na escola e no mercado de trabalho, a garantia da educação básica na modalidade da EJA no campo e o desenvolvimento de exames que também desempenharam o papel de certificação de etapas da Educação Básica: Exame Nacional para Certificação de Competências

de Jovens e Adultos (ENCCEJA), voltado para o Ensino Fundamental e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para o Ensino Médio (BRASIL, 2016).

Os programas apresentados, apesar de terem um olhar atento para as demandas da EJA, não conseguiram atingir a fonte daquilo com que se preocupavam, visto que ainda hoje, milhões de brasileiros e brasileiras não estão em processo de alfabetização ou certificação dos estudos. Além disso, muitos desses programas foram desmobilizados com o passar dos anos e com a eleição de outros governos. Um exemplo disso é o Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas, Literárias e Pedagógicas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD 2023 – não mencionar a Educação de Jovens e Adultos em nenhuma das suas 113 páginas.

É justamente tendo como pano de fundo apresentar programas que buscaram e buscam a garantia e a qualidade da EJA, que este texto dará foco ao Programa Residência Pedagógica (PRP), inaugurado a partir do Edital Capes nº 06/2018 (BRASIL, 2018):

O Programa Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores no Brasil, e tem por objetivo favorecer a imersão dos residentes/licenciandos nas escolas de Educação Básica, a partir da segunda metade do curso de licenciatura. Esse contato do residente/graduando com a escola campo (onde é desenvolvido o projeto) é estabelecido através do planejamento de atividades a serem realizadas. Entre essas ações estão: a análise de documentos (projeto político pedagógico, regimento e etc), participação em reuniões de Conselho de Classe, observação e regência de aulas, Intervenções Pedagógicas, entre outras. Essas práticas são sempre acompanhadas por um professor da unidade escolar, denominado preceptor, com experiência na área de ensino do residente/licenciando, sob a orientação de um docente (Professor orientador) da sua Instituição Formadora (PROCÓPIO; MUCCI; IENNACO; 2021, p. 29).

O Programa de Residência Pedagógica (PRP) é uma ação financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que é uma fundação do Ministério da Educação (MEC) e concede bolsas aos residentes, preceptores e orientadores selecionados para o Programa. Em cada Instituição de Ensino Superior (IES) selecionada para participar do Programa, por meio de edital, ele vai se delinear para um subprojeto e cursos específicos (BRASIL, 2022). Nesse caso, ressaltamos o núcleo do PRP Educação de Jovens, Adultos e Idosos, para residentes do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

É interessante pensar que todos os pontos discutidos nesse texto, seja sobre os conhecimentos necessários para compreender quem são os sujeitos da EJA, a Pauta Nacional que se forma em torno da EJA ou os programas e políticas públicas que tratam deste assunto,

perpassam a necessidade de profissionais com conhecimentos especializados na área da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, contribuindo para a qualidade desta modalidade.

Sendo assim, a PRP EJA traz para dentro do curso de formação de professores, conhecimentos teóricos, práticos, reflexivos e metodológicos para se pensar a EJA, formando profissionais que compreendam as especificidades desta modalidade e contribuam na luta por sua garantia; tendo em vista que durante todo o curso de Pedagogia da UFMG, o contato com a EJA se dá apenas em disciplinas optativas (SOARES, F. C. S.; SOARES, L. J. G., 2022). Além disso, o programa é “[...] uma oportunidade para o Residente vivenciar, refletir e construir a sua prática pedagógica” (PROCÓPIO; MUCCI; IENNACO, 2021, p. 27).

Pensando ainda em quão formativo é a experiência do RP para o licenciando, Procópio, Mucci e Iennaco (2021, p. 29 e 30) vão dizer que “[...] para Alarcão (2007), em consonância com Schön (2000) é preciso vencer a inércia e avançar, no sentido de interpretar realmente o fenômeno educativo e não somente descrevê-lo” e mais, “os processos formativos desses educadores necessitam partir da prática pedagógica, permeada pela teorização sobre ela num processo de flexibilidade.”

Desse modo, a partir das diversas atividades presentes no Programa, como as idas à turma de EJA, os encontros para reflexão sobre as vivências em sala de aula, a produção de materiais, e os estudos sobre a temática da EJA, contribuem para a melhoria da qualidade da oferta desta modalidade no país, pois “[...] assim, Freire (2005) reverbera em sua teoria que é somente libertando-se da força da realidade, através da emersão dela e a volta sobre ela, numa ação dialética, que é possível realizar a verdadeira práxis [...]” (PROCÓPIO; MUCCI; IENNACO, 2021, p. 30-31).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Estar neste processo de imersão na prática docente na EJA durante os dez meses de ações realizadas no PRP, possibilitou conhecer sujeitos, traçar relações entre teoria e prática e refletir sobre a história do atendimento às pessoas que dá EJA têm direito. Desse modo, uma das reflexões e discussões que mais se desenvolvem no núcleo é sobre o valor e a importância da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, para garantir qualidade de vida e dignidade as milhões de pessoas que não puderam concluir seus estudos, portanto, “[...] é preciso verificar como essa compreensão pode orientar políticas públicas de Estado, eficientes e eficazes que atendam esses jovens, adultos e idosos, considerando também as realidades” (BRASIL, 2016, p.72).

No foco do nosso trabalho, além das discussões que envolvem o processo de aquisição do Sistema de Escrita Alfabética e do avanço na certificação dos estudos, usufruímos dos nossos encontros para refletir sobre o cotidiano da sala de aula, sobre as conversas, falas, opiniões, embates, dúvidas e tensões. A realidade e a indignação de se viver em um espaço pouco notado no cenário político, com péssimas condições de infraestrutura e acesso, sempre fazem parte do dia a dia. Além disso, a estima depositada naquele momento de estudo, em suma pelo desejo de melhores condições de vida, revela o âmago da extensa parte da sociedade a quem a educação não foi garantida, apesar de ser reconhecidamente um direito, endossado por discussões internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) (BRASIL, 2016).

Na vivência escolar e nas reuniões do núcleo, também estamos tendo a oportunidade de observar e discutir os tensionamentos que surgem em sala de aula. Estes, muitas vezes, estão atrelados aos conflitos geracionais que a EJA causa, revelando uma face da nossa sociedade: a dificuldade de se estabelecer um diálogo entre jovens e idosos (MACHADO; RODRIGUES, 2013).

A turma de EJA acompanhada pelo Programa Residência Pedagógica, tem como orientadora, preceptora e bolsistas, sujeitos que entendem e buscam incorporar, dentro desse processo de escolarização muito próprio da EJA, os avanços e as lutas travadas historicamente e até os dias atuais em torno de temáticas como o movimento negro e indígena pela educação de qualidade e que respeite as especificidades de cada cultura, o movimento feminista e LGBTQIA+. Além disso, a educação inclusiva é uma pauta muito relevante dentro da EJA já que, durante séculos, a população com deficiência foi massivamente excluída do convívio social e da escolarização e, agora, vê na EJA um espaço para requererem seus direitos, pois

A educação inclusiva, como paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, confronta práticas discriminatórias e pressupõe a transformação dos sistemas de ensino, a fim de assegurar o exercício do direito à educação e a inclusão (BRASIL, 2016, p. 76).

Outro marcador histórico e social do atendimento da EJA hoje em dia e que vivenciamos dentro do PRP é garantir o estudo das mulheres, principalmente as idosas que, por serem fruto de uma época ainda mais machista e misógina, se viram obrigadas a abandonar a escola (COURA, 2007). Assim sendo, “as relações de gênero no país têm sofrido transformações consideráveis nas últimas décadas, e as mulheres avançaram nos direitos em muitos aspectos da vida cotidiana: trabalho, educação, saúde, moradia, segurança e política” (BRASIL, 2016, p. 75).



Sendo assim, este programa contribui tanto para a formação docente como para a qualidade da oferta da EJA, uma vez que a

perspectiva é a de formar leitores e escritores autônomos, que dominem o código linguístico, mas que também sejam capazes de atribuir sentidos e recriar histórias, assim como compreender criticamente sua realidade, intervindo para transformar a práxis pela escrita (BRASIL, 2016, p. 82).

Somado a isso, temos buscado discutir, tanto na sala de aula com os sujeitos da EJA como no ambiente da universidade, como as relações com o mundo do trabalho implicam diretamente no acesso e na permanência do sujeito na EJA. Esse viés de discussão nos leva a várias ramificações, inicialmente, na questão do trabalho digno, que valorize a vida, a saúde, o lazer e, neste caso, que abra espaço para a valorização da educação. A EJA é sim um espaço de formação integral, que também tem por base o trabalho, mas se faz urgente que, na prática de sala de aula, possamos “construir outros espaços de produção da existência material e imaterial que não sejam fundamentados na destituição do outro, no individualismo ou na competição” (BRASIL, 2016, p.85).

Como mencionado acima, a intersectorialidade que permeia a EJA perpassa por vários campos da vida social e muitos outros ainda podem ser colocadas, sem que assim se esgotem, como a questão de segurança pública, o tratamento dado à produção e vivência da cultura pelos sujeitos da EJA, a saúde, o direito à moradia, a violência de gênero, orientação e opção sexual, entre tantas outras. Desse modo, requer levar em consideração a necessidade de se diversificar as formas de entrada e de permanência na educação básica, não apenas no que se refere a romper com os tempos determinados de matrícula, mas a garantir que a entrada e o retorno às classes de EJA possam ocorrer ao longo do desenvolvimento do projeto pedagógico (BRASIL, 2016, p. 89).

Sendo assim, é urgente entender que a garantia da EJA, bem como da formação de professores, não deve ser realizada mediante programas descontínuos e que não atendem a todo o público de direito, mas a partir de políticas de Estado que prezam pelo acesso, permanência e qualidade desta modalidade e da formação de professores.

Essas especificidades e características da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, caminham para pensarmos que o “[...] desafio passa pela revisão das prioridades nas políticas públicas e pela inclusão da EJA como uma delas” (BRASIL, 2016, p. 85). Urge então ressaltar que, para que a EJA se constitua como política pública e seja, enfim, garantida à toda população brasileira a que dela tem direito, a associação entre recursos orçamentários, financeiros e

humanos (ao se pensar a formação docente inicial e continuada) é imprescindível. E é essa formação docente, inicial, continuada, crítica, política, econômica e emancipadora que buscamos discutir, elaborar e reelaborar nos espaços formativos da Residência Pedagógica na EJA do curso de Pedagogia na UFMG.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, vê-se que muitos programas voltados para a EJA foram desenvolvidos nos anos 2000, mas que, ainda hoje, essa modalidade sofre pela precariedade nas condições de oferta. Por isso se faz tão necessário entender a importância de políticas permanentes de Estado, que encarem verdadeiramente a educação como direito subjetivo humano.

Visto como é multifacetada e urgente a discussão em torno da Educação de Jovens, Adultos e Idosos no Brasil, corroborada ainda mais pela pandemia e pelos inúmeros retrocessos na educação nos últimos anos, pensar sobre a importância de transformar programas como o PRP que se voltam para a formação de professores, um aspecto tão urgente da educação brasileira, em políticas abrangentes e permanentes se mostra necessário (CAMARGO, 2023). Entende-se o PRP como uma possibilidade tanto para a universidade – na formação de futuros professores e na interlocução com a educação básica – como para a EJA – nas dinâmicas de sala de aula que se estabelecem e na relação com a universidade.

Por fim, conclui-se a importância de discussões como esta, para darmos visibilidade às demandas tanto para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, como para fomentar a discussão sobre a formação docente, principalmente àquela voltada para atender os sujeitos da EJA.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos à CAPES pelo financiamento e promoção de programas como o Residência Pedagógica, que contribuem para a construção de uma educação de qualidade no Brasil.

## **REFERÊNCIAS**

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Professores iniciantes: egressos de programas de iniciação à docência. *Revista Brasileira de Educação [online]*, v. 23, e230095, 2018.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230095>. Acesso em: 18 maio 2023.  
Epub 03 Dez 2018. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230095>.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CEB n° 11/2000*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 10 de maio de 2000. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf). Acesso em: 31 jul. 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Portaria GAB N° 82, de 26 de abril de 2022*. Dispõe sobre o regulamento do Programa Residência Pedagógica - PRP. SEI/CAPES - 1689649 - Portaria GAB. Brasília, DF, 28 abr. 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/diretoria-de-educacao-basica/28042022\\_Portaria\\_1691648\\_SEI\\_CAPES\\_\\_\\_1689649\\_\\_\\_Portaria\\_GAB\\_82.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/diretoria-de-educacao-basica/28042022_Portaria_1691648_SEI_CAPES___1689649___Portaria_GAB_82.pdf). Acesso em: 31 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos*. Brasília: MEC, 2016. 152 p. Disponível em: <https://www.catedraunescoejja.com.br/documento/843dc405b372e9d7b884ae2c35ce0d3c393250.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Secretaria de Educação Básica. Secretaria De Alfabetização. Secretaria De Modalidades Especializadas de Educação. *Edital de Convocação N° 01/2021 – CGPLI*. Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas, Literárias e Pedagógicas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2023. Brasília, DF, 2021. 113 p. Disponível em: [https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-2023-1/Edital\\_PNLD\\_2023\\_\\_\\_2\\_\\_\\_Retificacao\\_08\\_07\\_2021.pdf](https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-2023-1/Edital_PNLD_2023___2___Retificacao_08_07_2021.pdf). Acesso em: 27 mar. 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Edital CAPES n° 06/2018*. Programa de Residência Pedagógica. Chamada Pública para apresentação de propostas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica. Brasília: CAPES, 01 de março de 2018. 20p. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/01032018-edital-6-2018-residencia-pedagogica-pdf>. Acesso em: 17 ago. 2023.

CAMARGO, Paulo de. António Nóvoa: professores para libertar o futuro. *Revista Educação*, [S. l.], ed. 295, 28 jul. 2023. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2023/07/28/antonio-novoa-professores-futuro/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

COURA, Isamara Grazielle Martins. *A terceira idade na educação de jovens e adultos: expectativas e motivações*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/HJPB-7DSQ36>. Acesso em: 31 jul. 2023.

DA SILVA, Analise. A pauta nacional da EJA. In: DA SILVA, Analise; HELI, Sabino. *Caderno de Textos - I Encontro Mineiro sobre Educação de Jovens, Adultos e Idosos*. Belo Horizonte, 2017. (Caderno de Textos). p. 22-32. Disponível em: <https://neja.fae.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/12/CADERNO-SEM-MARCA.pdf#page33>. Acesso em: 14 mar. 2023.

D'MASCHIO, Ana Luisa; LOPES, Marina. No país de Paulo Freire, EJA tem corte de investimento e pouca visibilidade. *Série Desafios e Perspectivas da EJA no Brasil. Portal Porvir*, 8 nov. 2022. Disponível em: <https://porvir.org/no-pais-de-paulo-freire-eja-tem-corte-de-investimento-e-pouca-visibilidade/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

LARROSA, Jorge. *Linguagem e Educação depois de Babel*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MACHADO, Maria Margarida; RODRIGUES, Maria Emília de Castro. Diversidade geracional na educação de jovens e adultos: implicações para a prática pedagógica. *Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/UFES*. Vitória, ES, a. 10, v. 19, n. 37, p. 00-00, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/download/7455/5235/17008>. Acesso em: 31 jul. 2023.

PROCÓPIO, Elizabete Ramalho; MUCCI, Georgina Maria Faria; DE PAULA IENNACO, Juliana. Contribuições do Programa Residência Pedagógica na Formação do Alfabetizador da EJA. *Interação-Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão*, v. 23, n. 1, p. 25-37, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unis.edu.br/index.php/interacao/article/view/435/346>. Acesso em: 31 jul. 2023.

SANTANA, Flávia Cristina de Macêdo; BARBOSA, Jonei Cerqueira. O dispositivo formativo da residência pedagógica: ataques, lutas e resistências. *Revista Brasileira de Educação [online]*, v. 25, e250065, 2020. Epub 21 dez. 2020. ISSN 1809-449X. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250065>. Acesso em: 18 maio 2023.

SOARES, Rafaela Carla e Silva; SOARES, Leôncio José Gomes. A formação do educador de Jovens e Adultos na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais: ontem, hoje e amanhã. *Educação em Foco*, v. 25, n. 46, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36704/eef.v25i46.5890>. Acesso em: 31 jul. 2023.